

**A TRANSPARÊNCIA PÚBLICA EM PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS: ESTUDO
SOBRE OS DETERMINANTES DA TRANSPARÊNCIA**

**PUBLIC TRANSPARENCY IN UNDERDEVELOPED COUNTRIES: A STUDY ON
THE DETERMINANTS OF TRANSPARENCY**

Cristiano de Jesus Sousa de Abreu
Fucape Business School – ES
cjsa05@hotmail.com

Neyla Tardin
Fucape Business School – ES
neyla@fucape.br

Submissão: 09/10/2019

Aprovação: 06/07/2021

RESUMO

Esta pesquisa verificou as diferenças na influência dos fatores sociais, econômicos e políticos na transparência pública de países com baixos níveis de desenvolvimento e regimes de governo distintos. A metodologia utilizada foi a regressão em painel com efeito fixo. Foram coletados dados do Banco Mundial e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento das Organizações das Nações Unidas (PNUD/ONU) relativos a países subdesenvolvidos do período de 2010 a 2015. Os resultados sugerem que há relação negativa entre os fatores sociais e a transparência nos países subdesenvolvidos e relação positiva para fatores econômicos e políticos. Em países com democracia, predominou a influência positiva de fatores políticos sobre a transparência, enquanto que, nos países sem democracia, constatou-se a influência de fatores sociais, tal como a Taxa de Emprego com influência positiva.

Palavras-chave: Transparência pública. Países subdesenvolvidos. Fatores sociais, econômicos e políticos.

ABSTRACT

This research verified the differences in the influence of social, economic and political factors on public transparency in countries with low levels of development and different government regimes. The methodology used was panel regression with a fixed effect. Data from the World Bank and the United Nations Development Program for United Nations Organizations (UNDP / UN) were collected for underdeveloped countries from 2010 to 2015. The results suggest that there is a negative relationship between social factors and transparency in underdeveloped countries and a positive relationship to economic and political factors. In countries with democracy, the positive influence of political factors on transparency predominated, while in countries without democracy, the influence of social factors, such as the Employment Rate with positive influence, was found.

Keywords: Public Transparency. Underdeveloped countries. Social, economic and political factors

1 INTRODUÇÃO

A falta de transparência no setor público é um dos principais obstáculos ao desenvolvimento econômico e social dos países (ANDERSSON e HEYWOOD, 2009). Em linha com esse argumento, um dos meios de fortalecimento da transparência pública tem sido as leis de acesso à informação, porque mudam a maneira como os cidadãos se relacionam com seus governos (KAUFMANN e BELLVER, 2005; VILLENEUVE, 2014). Esses e outros instrumentos promotores de transparência pública tornam-se ainda mais importantes em países subdesenvolvidos, nos quais predominam instituições democráticas recentes e fracas, além de infraestruturas precárias de monitoramento da atividade da administração pública (PINTO, 2009).

Entretanto, a literatura internacional tem reconhecido cada vez mais que não apenas as leis, mas também as características sociais, econômicas e políticas dos entes em todas as esferas de governo influenciam o nível de transparência do setor público (KAUFMANN e BELLVER, 2005; BASTIDA e BENITO, 2007; ALT e LASSEN, 2006; SOL, 2013). Condições políticas como o regime de democracia ou de autocracia de um país também afetam o grau de abertura do governo e a quantidade e/ou qualidade de informações sobre a atividade da gestão pública fornecida à população (SERRANO-CINCA; RUEDA-TOMÁS e PORTILLO-TARRAGONA, 2009). Nesse contexto, espera-se que países sob regimes políticos democráticos sejam mais transparentes do que países sob regimes políticos autocráticos (HOLLYER, ROSENDORFF e VREELAND, 2011). Instituições democráticas promovem o fluxo livre de informações na nação e internacionalmente (LORD, 2012), baseadas em valores como equidade, garantia das liberdades civis, participação e publicidade, o que contribui para as interações entre cidadãos e governos, levando ao desenvolvimento da transparência, principalmente por meio eletrônico (KIM, 2007).

Paralelamente, por necessidade econômica, vários governos autocráticos têm avançado em direção a uma maior transparência como uma estratégia para aumentar o investimento estrangeiro, a participação no comércio internacional e a assistência ao desenvolvimento (HORSLEY, 2003; HORSLEY, 2004; RELLY e SABHARWAL, 2009). A exemplo de países autocráticos, como Camarões e Nigéria, que, em 2005, segundo dados do International Budget Partnership - IBP, apresentavam razoável grau de transparência, medido pelo Índice de Orçamento Aberto (DE RENZIO, GOMEZ e SHEPPARD, 2005).

Embora em países subdesenvolvidos tenham raízes de organizações estatais fracas e laços pobres com os interesses organizados da sociedade (DE RENZIO, GOMEZ e SHEPPARD, 2005), as influências do ambiente externo impulsionam as organizações públicas a serem menos ou mais transparentes e participativas na tomada de decisões, e, por sua vez, podem afetar o nível de abertura das organizações públicas (YAVUZ e WELCH, 2014). Olson (1993), avaliando a relação regime de governo versus desenvolvimento, indica que incertezas inerentes à sucessão nas ditaduras implicam que as autocracias raramente terão bom desempenho econômico por mais de uma geração, pois o principal obstáculo ao progresso de longo prazo é que os direitos individuais, mesmo em questões relativamente apolíticas ou econômicas como propriedade e contratos, nunca podem ser garantidos, pelo menos no longo prazo, enquanto que nas democracias têm a virtude de que a mesma ênfase nos direitos individuais é necessária para garantir direitos de propriedade e execução de contratos que favorecem o desenvolvimento econômico. Diante desse cenário de entreteçamento entre determinantes da transparência, desenvolvimento e regimes de governo, este trabalho tem o objetivo de verificar as diferenças na influência dos fatores sociais, econômicos e políticos na transparência pública de países com baixos níveis de desenvolvimento e regimes de governo distintos.

A idéia parte da argumentação de que normas legais não garantem sozinhas o nível de transparência dos entes públicos, já que estes dependem também de fatores internos e/ou

externos de cada ente (ZUCCOLOTTO e TEIXEIRA, 2014). Fatores econômicos – como a renda dos países - proporcionam meios para viabilizar a transparência da informação e responsabilização mais eficientes (BASTIDA e BENITO, 2007). Fatores sociais - como a educação fiscal, que representa uma ferramenta fundamental para maximizar a participação e conscientização do cidadão no processo de planejamento e implementação das políticas públicas - reforçam a transparência pública nos países (BORGES e PEREIRA, 2014). Ou ainda, fatores políticos de um país – como o respeito a direitos humanos e liberdades fundamentais - tendem a afetar a transparência (BAUHR e GRIMES, 2012).

A partir da regressão em painel com efeito fixo por país, verificou-se que fatores econômicos influenciam positivamente a transparência pública em países subdesenvolvidos, somente no que se refere à geração de riquezas no país, enquanto os fatores sociais têm efeito negativo, tendo relevância somente o nível de acesso da população à internet. Além disso, fatores políticos – como a estabilidade política e o nível de democracia - são preditores robustos e positivos da transparência pública em países subdesenvolvidos. Constatou-se ainda que diferentes fatores externos influenciam a transparência em países com regime democrático e não democrático. Os fatores políticos são fortes influenciadores da transparência em país subdesenvolvidos com regimes democráticos¹ e não têm relação significativa com a transparência em países subdesenvolvidos com regimes não democráticos. Esses resultados sugerem que os governos que fortalecem sua democracia, adotando práticas que assegurem o estado de direito, a liberdade dos cidadãos e a estabilidade política, tendem a ser mais transparentes.

A identificação das características sociais, econômicas e políticas que afetam a transparência em países não desenvolvidos foram baseados em dados secundários referentes aos anos de 2010 a 2015 dos países subdesenvolvidos que possuem indicadores disponíveis no Banco de Dados do Banco Mundial e no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, totalizando 71 países. Para os aspectos políticos, foram avaliadas características como a estabilidade política, a liberdade de expressão, a qualidade das leis e o estado de direito. No aspecto social, os países foram avaliados pelo grau de desenvolvimento humano, pelo acesso à internet, pelo nível de educação e pela expectativa de vida da população. E no aspecto econômico, deu-se a avaliação pela produção interna gerada nos países, pelo nível de emprego e pelo tamanho da população. Já a transparência pública foi mensurada pelo índice CPIA (Country Policy and Institutional Assessment), Transparência, Accountability e Corrupção, Índice de Transparência do Banco Mundial - ITBM, um dos 16 índices de avaliação que formam o indicador CPIA (WORLD BANK, 2017).

Kaufmann e Bellver (2005) apontam a necessidade de realização de mais pesquisas para desencadear a relação causal entre transparência e desenvolvimento, utilizando séries temporais para capturar o efeito ao longo do tempo. Esta pesquisa colabora para a literatura no sentido de enriquecer a discussão sobre os determinantes do nível de transparência dos entes públicos ao longo do tempo, acrescentando a análise em países de baixo nível de desenvolvimento e a identificação de diferentes determinantes em regimes de governo distintos. Na próxima seção, será apresentada uma revisão da literatura sobre a transparência e seus determinantes já identificados em outros estudos, além da transparência em países democráticos e autocráticos. Em seguida, apresentar-se-á a metodologia - com a descrição dos dados e variáveis utilizadas -, a análise dos dados, as conclusões, as contribuições e as recomendações para futuras pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Transparência Pública

A influência dos princípios da New Public Management e do New Public Governance

alteraram a cultura tradicional da Administração Pública, aumentando os mecanismos de responsabilização e transparência (ARAÚJO e TEJEDO-ROMERO, 2015). Atualmente, a transparência tem figurado como tema central da moderna democracia e das reformas estatais (RIBEIRO e ZUCCOLOTTO, 2014). A transparência pública tem-se expandido, passando a abordar diferentes aspectos da gestão pública, tais como o pessoal, o desempenho, os controles internos, etc. (BAIRRAL, SILVA e ALVES, 2015). Essa expansão a transforma num mecanismo usado para propagar a boa governança no setor público e para ampliar a capacidade do público de acessar informações governamentais (ARAÚJO e TEJEDO-ROMERO, 2016). E o acesso à informação é destacado como peça-chave na prevenção da corrupção e na promoção da responsabilidade pública (HOOD, 2007).

Para Cruz et al. (2012), pelo fato de os gestores públicos administrarem recursos públicos, a transparência das informações deve revelar, indiscriminadamente, todos os seus atos praticados, visto que se trata de uma prestação de contas do poder de representação que lhes foi conferido, constituindo um ato de responsabilidade denominado de *accountability*. O *Accountability* está associado a transparência na tomada de decisões, acesso a informações relevantes e oportunas, escrutínio público e da mídia e por verificações institucionais sobre a autoridade do executivo principal (WORLD BANK, 2017). Os dois conceitos - transparência e *accountability* - estão inter-relacionados por vários elos conceituais, combinados para produzir boa governança (MABILLARD e ZUMOFEN, 2017). São considerados quase equivalentes ou sinônimos, já que a transparência, no sentido de abertura, é em si uma maneira de responder pela conduta de um indivíduo ou organização (MABILLARD e ZUMOFEN, 2017).

A transparência foi mensurada neste estudo pelo índice CPIA (Country Policy and Institutional assessment - avaliação política e institucional do país) - Transparência, *Accountability* e Corrupção, aqui denominado Índice de Transparência do Banco Mundial - ITBM, um dos 16 índices de avaliação que formam o indicador CPIA. O ITBM avalia até que ponto o Executivo poderá ser responsabilizado pelo uso dos fundos e pelos resultados de suas ações pelo eleitorado, pela legislatura e pelo Judiciário, bem como até que ponto os funcionários públicos dentro do Executivo serão obrigados a contabilizar decisões administrativas, uso de recursos e resultados obtidos (WORLD BANK, 2017). O ITBM tem como base três pilares: (a) *accountability* do executivo e de outros altos funcionários por instituições de supervisão eficazes; (b) acesso da sociedade civil a informações oportunas e confiáveis sobre assuntos públicos e políticas públicas, inclusive informações fiscais (sobre gastos públicos, receitas e grandes concessões de contratos); (c) integridade na gestão de recursos públicos (WORLD BANK, 2017).

2.2 Determinantes da Transparência

No geral, argumenta-se que os países desenvolvidos estão menos inclinados a se preocuparem com os custos relativamente altos envolvidos na coleta, no processamento e na oferta de informações e, portanto, são mais prováveis a adotarem meios de acesso à informação (BASTIDA e BENITO, 2007). Nos países subdesenvolvidos, os custos envolvidos nas agências governamentais que oferecem informações ao público podem desencorajar a adoção desses meios; no entanto, os cidadãos têm maior incentivo para requererem informações relacionadas a políticas e governo, porque o nível de satisfação com as ações governamentais é menor do que nos países mais ricos (BASTIDA e BENITO, 2007).

2.2.1 Fatores Políticos

Os estudos de Tejedo-Romero e Araújo (2015) identificaram que a transparência está associada, dentre outros, a fatores políticos, mostrando que a participação eleitoral e a força política apresentaram relação de significância com os níveis de transparência nos municípios da Espanha, evidenciando que tais fatores são mais robustos nessa associação. García e

García-García (2010) encontraram relação positiva entre o grau de competição política e o grau de relato online de informações financeiras. A concorrência partidária fornece incentivo para as autoridades nacionais exercerem influência sobre a burocracia e desempenha papel fundamental na decisão dos políticos de devolverem o poder institucional aos cidadãos, pressionando as estruturas políticas para divulgarem informações contábeis (MARÍA DEL CARMEN; BOLIVAR e HERNANDEZ, 2014). Onde o gestor público enfrenta fortes restrições em suas ações, como uma forte oposição, os níveis de transparência são mais altos (WILLIAMS, 2011). Assim, o nível de democracia afeta a abertura dos governos, criando novas possibilidades de interação entre o cidadão e a administração (SERRANO-CINCA; RUEDA-TOMÁS e PORTILLO-TARRAGONA, 2009).

O grau da política democrática do país tem impacto significativo sobre o nível de transparência na nação e, à medida que a responsabilidade democrática aumenta, também aumenta a transparência governamental (ROSENDORFF, 2004). Hollyer, Rosendorff e Vreeland (2011) ratificam que as democracias são mais transparentes que outros regimes políticos e que os efeitos positivos da democracia na transparência são impulsionados, em parte, pelo nível de desenvolvimento econômico. O governo democrático depende de eleições para a sua sobrevivência, tendendo a disponibilizar dados aos eleitores a fim de revelar a competência das suas políticas, entretanto, a relação entre democracia e transparência é causal, e não algo que deve ser incluído por definição (HOLLYER, ROSENDORFF e VREELAND, 2011). No entanto, Relly e Sabharwal (2009) observaram que alguns países autocráticos avançaram em direção a uma maior transparência fiscal na última década como uma estratégia para aumentar o investimento estrangeiro e a assistência ao desenvolvimento, reconhecendo que essas escolhas refletem processos políticos. A exemplo da China, que optou por adotar políticas destinadas a promover certo grau de transparência governamental e econômica, outras nações - como Singapura e Malásia - abraçaram a transparência fiscal sem adotar lei de transparência, possuindo baixos níveis de democracia e sem apoiar a imprensa livre.

Outro aspecto importante para a transparência na administração pública é a regulamentação do direito público de acesso à informação, visto que vários países aprovaram leis de liberdade de informação, que regulam o direito ao livre acesso à informação sobre as administrações públicas e cujos objetivos incluem a prestação de contas aos cidadãos (SERRANO-CINCA; RUEDA-TOMÁS e PORTILLO-TARRAGONA, 2009). O acesso a iniciativas de legislação de informação em países subdesenvolvidos é de particular importância na América Latina, onde instituições democráticas fracas e infraestruturas de manutenção de registros pobres colocaram o ônus do recebimento e entrega de informações na mídia (PINTO, 2009). Entretanto, as leis de acesso à informação têm pouco valor para a cidadania sem mídia livre, cujo valor é fundamental à disseminação de informações e à forma mais tradicional pela qual o público recebe informações sobre o seu governo (RELLY e SABHARWAL, 2009). Laswad, Fisher e Oyelere (2005) encontraram associação positiva entre a frequência de relatos da imprensa sobre as atividades do governo local e o uso voluntário de relatórios financeiros da internet pelas autoridades locais.

Hipótese 1: Fatores políticos (Estabilidade Política, Liberdade de Expressão, Qualidade Regulamentar, Estado de Direito) afetam de forma diferente países com regime democrático e países com regime não democrático.

2.2.2 Fatores Sociais e Econômicos

Os resultados apresentados por Kaufmann e Bellver (2005) apontaram que a transparência está relacionada a melhores resultados nos indicadores econômicos e de desenvolvimento humano, mesmo depois de controlar as diferenças de renda. Assim, destacam que, para o mesmo nível de renda per capita, os países que possuem melhor

classificação no índice geral de transparência também são mais competitivos nos mercados internacionais, além de sua população ter maior expectativa de vida no nascimento e taxas mais altas de alfabetização feminina e de imunização infantil. Bolivar, Munoz e Hernandez (2013) ratificam que, em locais com maior renda, há mais acesso a informações públicas por meio da implementação de novas tecnologias, porque existe uma relação entre renda per capita e acesso a novas tecnologias.

Cruz, Silva e Santos (2009) avaliaram os portais eletrônicos dos municípios mais populosos do estado do Rio de Janeiro e as características que explicam seus níveis de transparência. Constataram associação positiva entre a transparência fiscal e os indicadores econômicos e sociais, confirmando as hipóteses de que municípios com maiores taxa de alfabetização, receita orçamentária, Índice de Qualidade Municipal – IQM e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDH-M tendem a ter maior transparência. Cruz, Silva e Santos (2009) constataram também que municípios que permitem maior interação com os cidadãos em sua página eletrônica são os que têm tendência de apresentar índices mais elevados de transparência fiscal na internet. Concluíram que condições socioeconômicas mais favoráveis dos municípios proporcionam mais oportunidades a seus habitantes de exigirem dos gestores públicos mais abertura na gestão que estimule a participação popular e promova mais transparência na divulgação das ações governamentais, bem como nos resultados alcançados.

Cruz et al. (2012) analisaram os sites dos municípios brasileiros mais populosos e ratificaram que, em geral, existe associação entre os fatores socioeconômicos dos municípios e os níveis de transparência de informações sobre a gestão municipal. Essa associação é positiva, representando que melhores condições socioeconômicas tendem a influenciar a uma maior transparência municipal, tendo como principais determinantes as variáveis Índice Dinamismo Municipal (IDM) e receita orçamentária. Ribeiro e Zuccoloto (2014) pesquisaram como a transparência fiscal por meio eletrônico é influenciada por fatores sociais, econômicos e fiscais dos municípios e encontraram significância das variáveis Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - FIRJAN nas áreas da saúde e educação, indicando que municípios mais bem estruturados na gestão das áreas de saúde e educação apresentam indicadores de transparência mais elevados.

Os resultados da pesquisa de Ribeiro e Zuccoloto (2014) permitiram destacar também que municípios com maior arrecadação per capita tendem a divulgar, em meio eletrônico, mais informações devido à sua capacidade financeira para investir em recursos tecnológicos na gestão da informação. Inferiram que pessoas com melhores condições de saúde e maior nível educacional, além de empregadas, têm mais condições de fiscalizar seus representantes para manter essas condições. Para Zuccolotto e Teixeira (2014), as condições socioeconômicas interferem no grau de transparência dos estados brasileiros, indicando a importância da eficiência e efetividade das políticas públicas em saúde, educação, renda e emprego. Exemplificam que em relação à educação, a transparência pode não alcançar seu propósito de informar, se o receptor não tiver capacidade intelectual para acessar e analisar o conteúdo dessa informação, condição mínima necessária para analisar e agir sobre ela.

Assim, o nível de educação é um fator de mediação entre a transparência e o controle social: quanto maior o nível educacional, mais forte a capacidade de as pessoas tanto acessarem e processarem informações da mídia e dos registros públicos quanto cobrarem dos gestores públicos (LINDSTEDT e NAURIN, 2010). Williams (2011) ratifica que a divulgação de informações é uma função do nível de educação, tanto em relação à oferta (a qualidade dos dados produzidos requer altos níveis de educação) quanto em relação à demanda (os cidadãos com mais educação provavelmente exigirão mais informações de seu governo). Portanto, pode-se esperar que haja uma relação positiva entre educação e transparência.

Hipótese 2: As características econômicas (produção, tamanho em número de habitantes e grau de empregabilidade) dos países subdesenvolvidos afetam positivamente seu nível de transparência.

Hipótese 3: Fatores sociais (desenvolvimento humano, acessibilidade à internet, nível educacional e expectativa de vida) afetam positivamente a transparência dos países subdesenvolvidos.

O Quadro 1 apresenta o resumo das variáveis já abordadas em outras pesquisas que apresentam relação de significância com a transparência.

Quadro 1: Determinantes Sociais, Econômicas e Políticas da Transparência

Variável	Autores
Participação eleitoral, Ideologia política, Competição política, Tamanho da população e Desemprego	Araújo e Tejado - Romero (2016)
Índice de Consumo (IPC), PIB <i>per capita</i> , Desenvolvimento Humano, índices de Alfabetização, Índice Firjan Municipal, Índice de gestões Fiscais e Sociais dos municípios	Cruz et. al. (2012)
Renda <i>per capita</i> e Tamanho da população	Guillamón; Bastida e Benito (2011); María del Carmen; Bolivar e Hernandez (2014); Lowatcharin e Menifield (2015)
Receitas de Transferências, Gastos com Saúde, Receita Própria <i>per capita</i> , Gasto com Pessoal e educação	Mota; Diniz e Santos (2017)
IFDM educação, saúde e emprego e renda; Receita per capita.	Ribeiro e Zuccolotto (2014); Teixeira e Zuccoloto (2014)
Gênero, idade, variáveis fiscais dívida, desemprego, economia ativa, turismo.	Sol (2013)
IFDM educação, saúde e emprego e renda; Endividamento; receita per capita.	Teixeira e Zuccoloto (2014)
Taxa de desemprego, gênero, participação eleitoral e força política	Tejado-Romero e Araújo (2015)

Fonte: Elaborado pelo autor

3 MÉTODO E DADOS

Para alcançar o objetivo proposto, realizou-se uma pesquisa quantitativa-descritiva com dados secundários, na qual foram investigados 71 países subdesenvolvidos que apresentam informações disponíveis de transparência pública. A técnica de coleta de dados empregada foi a análise do conteúdo disponibilizado nos portais eletrônicos do Banco Mundial e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD. A pesquisa nesses portais ocorreu entre os meses de maio e julho de 2017, sendo priorizados a coleta de dados em series temporais das variáveis relacionadas no Quadro 1 e do índice ITBM, e os dados extraídos foram tabulados e consolidados em uma planilha de Excel. Foram extraídos dados dos 195 países, entretanto, a indisponibilidade do índice ITBM em alguns períodos restringiu a análise a 71 países, num corte longitudinal com dados entre os anos de 2010 a 2015. Foram utilizadas técnicas de estatística descritiva como análise de frequência, além dos testes de correlação e regressão com o auxílio do software Stata.

A variável dependente utilizada no estudo é o índice CPIA - transparência, responsabilidade e corrupção na classificação do setor público apurado pelo Banco Mundial numa escala de avaliação dos países que varia de 1 (baixa) a 6 (alta), nomeado nesta pesquisa como ITBM . As pontuações dependem do nível de desempenho em determinado ano, avaliado por funcionários do Banco Mundial, residentes ou com lotação de trabalho no país, refletindo a avaliação de uma variedade de indicadores, observações e julgamentos baseados em estudos e diagnósticos de países preparados pelo Banco Mundial ou por outras organizações de desenvolvimento (WORLD BANK, 2017). Basicamente, a avaliação é realizada em três dimensões:

1) accountability do Executivo para supervisionar instituições e funcionários públicos pelo seu desempenho: forte ética do serviço público reforçada por auditorias, inspeções e publicidade adversa para falhas de desempenho; Judiciário independente e imparcial; Corrupção monitorada e sanções implementadas.

2) acesso da sociedade civil à informação sobre assuntos públicos: Resultados e custos de decisões governamentais claros e comunicados ao público; Os cidadãos podem acessar documentos do governo a custo nominal; Mídia independente do governo e pode cumprir funções críticas de supervisão.

3) integridade na gestão de recursos públicos: Regras de conflito de interesses e ética para funcionários públicos observadas e aplicadas; Os principais funcionários do governo precisam divulgar renda e ativos e podem ser processados por prevaricação;

Cada uma das três dimensões é classificada separadamente, e as questões dos governos nacionais e subnacionais discutidas adequadamente. Para a formação da nota do índice, essas dimensões recebem ponderações iguais. Para embasar as equipes dos países a preparar seus artigos, as notas de orientação seguem os guias de orientação: a) Fórum Econômico Mundial - perguntas do Executive Opinion Survey sobre pagamentos irregulares em contratação pública, desvio de fundos públicos, transparência na formulação de políticas, favoritismo e confiança pública em políticos, em <http://www.weforum.org/>; b) Pesquisa do Banco Mundial sobre empresas, perguntas relevantes do tópico “corrupção” em: <http://www.enterprisesurveys.org/data>.

As variáveis independentes investigadas foram discriminadas no Quadro 2, com base nos resultados de estudos nacionais e internacionais que encontraram relação significativa com indicadores de transparência:

Quadro 2 - Variáveis Independentes

FATORES	Variáveis	Significado	Fonte
SOCIAIS	Índice de Desenvolvimento Humano – IDH	Mede o progresso de uma nação a partir de três dimensões: renda, saúde e educação. Índice variando entre 0 e 1.	PNUD/ONU
	Pessoas que utilizam a internet (% da população) - P_internet	São pessoas que usaram a Internet (de qualquer local) nos últimos 3 meses. A Internet pode ser usada através de um computador, telefone celular, assistente digital pessoal, máquina de jogos, TV digital, etc.	World Bank
	Indicador de Educação – Ieduca	Calculado usando Média de anos de escolaridade e anos de escolaridade esperados: O Índice de Educação é medido pela taxa de alfabetização de adultos (com ponderação de dois terços) e a taxa bruta de matrícula primária, secundária e terciária combinada (com um terço da ponderação).	PNUD/ONU
	Índice de Expectativa de Vida - IE_Vida	expressa um índice usando um valor mínimo de 20 anos e um valor máximo de 85 anos. Fórmula = (Exp. Vida em anos - 20) / (85 - 20)	PNUD/ONU

ECONÔMICOS	Taxa de Emprego - Tx_emp	% de 15 anos ou mais da população com emprego formal	PNUD/ONU
	População Total - Logn_Pop_Total	O termo população baseia-se na definição de facto de população, a qual conta todos os residentes independentemente do estado legal ou cidadania (Aplicado Lognatural)	World Bank
	PIB per capita – PIB Capita	O PIB per capita é o produto interno bruto dividido pela população do meio ano. O PIB é a soma do valor acrescentado bruto de todos os produtores residentes na economia, acrescido de quaisquer impostos sobre os produtos e menos quaisquer subsídios não incluídos no valor dos produtos. Os dados estão em dólares americanos atuais.	World Bank
POLÍTICOS	*Liberdade de Expressão - Lib_Exp	Reflete as percepções de até que ponto os cidadãos de um país podem participar na seleção de seu governo, bem como liberdade de expressão, liberdade de associação e mídia livre. Índice variando entre -2,5 e 2,5	World Bank
	*Estabilidade política - Estab_Polit	A estabilidade política e a ausência de violência / terrorismo medem a percepção da probabilidade de instabilidade política e / ou violência por motivos políticos, incluindo o terrorismo. Índice variando entre -3 e 3	World Bank
	*Qualidade Regulamentar - Qual_Reg	Reflete as percepções da capacidade do governo de formular e implementar políticas e regulamentos sólidos que permitam e promovam o desenvolvimento do setor privado. Índice variando entre -2,5 e 2,5	World Bank
	*Estado de Direito - Est_Dir	Reflete as percepções da medida em que os agentes confiam e respeitam as regras da sociedade e, em particular, a qualidade da execução de contratos, os direitos de propriedade, a polícia e os tribunais, bem como a probabilidade de crime e violência. Índice variando entre -2,5 e 2,5	World Bank

Fonte: Elaborado pelo autor

* Esses índices fazem parte dos Indicadores Globais de Governança (WGI) que registra indicadores de governança agregados e individuais para mais de 200 países e territórios no período 1996–2016 e combinam as opiniões de um grande número de entrevistados de empresas, cidadãos e especialistas em países industriais e em desenvolvimento. Eles são baseados em mais de 30 fontes de dados individuais produzidas por uma variedade de institutos de pesquisa, think tanks, organizações não-governamentais, organizações internacionais e empresas do setor privado.

Para verificar quais fatores sociais, econômicos e políticos influenciam a transparência pública e de que forma - positiva ou negativa - nos países subdesenvolvidos, foram realizados, inicialmente, testes de correlação de Pearson entre as variáveis de pesquisa para analisar a intensidade e a direção da relação linear dessas variáveis contínuas. Em seguida, foram realizados testes de diferenças de média (Teste T) para comparação do comportamento entre variáveis abaixo e acima da média. O modelo de regressão utilizado foi o painel com efeito fixo, usado para controlar os efeitos das variáveis não observadas ou omitidas e as diferenças existentes entre os países. Esse modelo possibilita o uso de mais informações e maior liberdade para estudar o fenômeno, pois agrega uma combinação de observações e de séries temporais, em corte transversal, multiplicadas por T períodos de tempo, além de reduzir a colinearidade entre as variáveis explicativas (BALTAGI, 2001; HSIAO, 2003). Foram utilizados clusters de erros por país. O modelo é representado pela seguinte equação:

$$\begin{aligned}
 ITBM_{it} = & \alpha_{it} + \beta_0 + \beta_1 IDH_{it} + \beta_2 \text{Acesso_à_Internet}_{it} + \beta_3 \text{Educação}_{it} + \\
 & + \beta_4 \text{Expectativa_de_Vida}_{it} + \beta_5 \text{Emprego}_{it} + \beta_6 \text{População}_{it} + \\
 & + \beta_7 \text{PIB_per_Capita}_{it} + \beta_8 \text{Liberdade de Expressão}_{it} + \\
 & + \beta_9 \text{Estabilidade_Política}_{it} + \beta_{10} \text{Qualidade_Regulamentar}_{it} + \\
 & + \beta_{11} \text{Estado_de_Direito}_{it} + \varepsilon_{it}
 \end{aligned}$$

Em que:

α_i – efeito fixo por país e ε_{it} – termo de erro; β_0 - representa o intercepto a ser estimado, um para cada país; β_1 a β_{11} – são os coeficientes a serem estimados;

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

4.1 Análise Descritiva dos Dados

Os índices de transparência são considerados baixos, pois somente 22 países ultrapassaram a metade (nota 3) do valor máximo da nota de avaliação (nota 6), consequentemente não se aproximaram da nota máxima. Convém destacar os índices médios atingidos por Butão, Cabo Verde e Santa Lúcia, todos eles com regimes democráticos, os quais se sobressaíram em relação aos índices dos demais países. Assim, aparentemente, os países com regime democrático obtiveram índices mais altos em relação aos países não democráticos. A Tabela 1 demonstra as estatísticas descritivas das variáveis quantitativas utilizadas na pesquisa.

TABELA 1- ESTATÍSTICA DESCRITIVA

Esta tabela apresenta médias, desvios-padrão, quartis, mínimos e máximos das variáveis. A amostra contém 71 países subdesenvolvidos e 403 observações, capturadas entre os anos de 2010 e 2015. Variáveis winsorizadas a 1%. As definições das variáveis estão detalhadas no Quadro 2.

	Média	Desvio-padrão	Mín.	Máx.	Q1	Q3
ITBM	2,90	0,67	1,50	4,50	2,50	3,50
Estabilidade Política	-0,47	0,88	-2,68	1,21	-0,98	0,07
Liberdade de Expressão	-0,46	0,72	-2,11	1,13	-1,04	0,00
Qualidade Regulamentar	-0,62	0,50	-2,19	0,66	-0,97	-0,31
Estado de	-0,65	0,58	-1,78	0,79	-1,06	-0,34
IDH	0,55	0,11	0,35	0,76	0,47	0,63
Acesso à internet	0,16	0,14	0,01	0,63	0,05	0,22
Educação	0,48	0,14	0,21	0,78	0,39	0,56
Expectativa de vida	0,68	0,11	0,45	0,88	0,60	0,77
PIB <i>per capita</i>	1.880,16	1.711,55	300,79	8.076,11	708,37	2.350,88
Emprego	0,61	0,14	0,23	0,85	0,53	0,71
População	15,68	1,97	11,20	20,94	14,50	16,98

Fonte: Elaborado pelo autor.

A média geral do ITBM foi de 2,90, portanto abaixo do valor da mediana, o que indica um resultado geral da transparência inferior a 50%. Observou-se que 75% dos países têm pontuação de até 3,5 pontos, numa escala de 0 a 6, reforçando a constatação de baixa transparência desses países subdesenvolvidos. As variáveis PIB per capita, Acesso à internet, Educação, Emprego e IDH representaram índices socioeconômicos cujos resultados caracterizam os países subdesenvolvidos com médias consideradas incompatíveis com o desenvolvimento e baixa dispersão (desvio-padrão menor que 1), revelando uniformidade dos valores das variáveis nesses países. Por exemplo, a média de pessoas com acesso a internet é

de apenas 16% da população total nesses países e 75% dos países atingem, no máximo, 22% de acesso. Considerando que a transparência pública atual se desenvolve basicamente na internet, esse indicador demonstrou o enfraquecimento dos meios de controle social da população dos países em análise. Outra comparação que qualificou o baixo nível de desenvolvimento econômico desses países foi a média do PIB per capita - que é de \$1,88mil -, enquanto a média global é de \$10,15mil, ou mesmo em comparação com a média da América do Norte, em que predominam países desenvolvidos, que é de \$55,92mil.

Em relação aos fatores políticos, observou-se que mantiveram suas médias com baixa dispersão, indicando concentração em torno da média com sinal negativo. Isto é, os países apresentaram, em média, baixa liberdade de expressão, qualidade de regulação, estado de direito e estabilidade política - as três primeiras consideradas características básicas de regimes democráticos consolidados. Assim, mesmo os países com regimes não autoritários, identificados nesta pesquisa como democráticos, apresentaram democracias não consolidadas. Para comparar o comportamento dos índices em países com democracia e sem democracia, realizou-se Teste T, conforme Tabela 2.

TABELA 2 – TESTE DE MÉDIAS

Esta tabela apresenta os testes de diferenças de 177 países considerando-se dois diferentes grupos de países: os que têm regimes democráticos e os que não têm democracia, apurados a partir do indicador de democracia da revista "The Economist". O grupo dos países democráticos possui 288 observações e o dos não democráticos, 117, capturadas entre os anos de 2010 e 2015. Variáveis winsorizadas a 1%. As definições das

	Média		Diferença	p-valor
	Com Democracia	Sem Democracia		
ITBM	3,07	2,50	-0,57	0,000*
Estabilidade Política	-0,35	-0,77	-0,42	0,000*
Liberdade de Expressão	-0,18	-1,17	-0,99	0,000*
Qualidade Regulamentar	-0,49	-0,94	-0,45	0,000*
Estado de Direito	-0,50	-1,00	-0,51	0,000*
IDH	0,57	0,50	-0,07	0,000*
Acesso à Internet	0,18	0,11	-0,07	0,000*
Educação	0,51	0,43	-0,07	0,000*
Expectativa de Vida	0,70	0,63	-0,08	0,000*
PIB <i>per capita</i>	2.172,97	1.159,40	-1.013,57	0,000*
Emprego	0,59	0,66	0,06	0,000*
População	15,41	16,35	0,93	0,000*

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nota: * representam coeficientes significativos a 99% de confiança.

Na Tabela 2, os resultados demonstram que, a 1% de significância ou 99% de confiança, rejeitou-se a hipótese nula para todas as variáveis abordadas, ou seja, a hipótese de que esses dois grupos – países que têm democracia e países que não a têm – se diferem em relação às médias de todas as variáveis é verdadeira. Pode-se afirmar que há evidências primárias de que países com democracia têm, em média, maior transparência pública e que têm médias baixas (negativas) de indicadores políticos o que caracteriza regimes democráticos fracos, como a garantia do estado de direito, a qualidade das leis e a liberdade de imprensa.

4.2 Análise das Regressões

Na Tabela 3, foram demonstrados os resultados da regressão em painel com efeito fixo. O coeficiente geral de determinação (R^2) apresentou o valor de 0,559, logo a variável dependente é explicada pela variação de 55,9% das variáveis independentes.

TABELA 3 - MODELO DE REGRESSÃO EM PAINEL COM EFEITO FIXO: EFEITO DE FATORES SOCIAIS, ECONÔMICOS E POLÍTICOS NA TRANSPARÊNCIA

Esta tabela apresenta os resultados para três modelos de regressão. O modelo (1) regride as variáveis sociais, econômicas e políticas sobre o índice de transparência do Banco Mundial, utilizando o método de painel com efeito fixo. O Modelo (2) faz o mesmo, porém aplicada somente ao grupo de países com democracia. E o Modelo (3) aplicada somente ao grupo de países não democráticos. Entre parênteses, o p-valor. Todas as variáveis foram winsorizadas a 1%. Os valores destacados em vermelho demonstram relação de significância estatística. As definições das variáveis estão detalhadas no Quadro 2.

Variáveis	Modelo (1): todos os países		Modelo (2): democracias		Modelo (3): não democracias	
	Coefficientes	p-Valor	Coefficientes	p-Valor	Coefficientes	p-Valor
Estabilidade Política	0,1729	(0.006)	0,2039	(0.009)	-0,0652	(0.387)
Liberdade de Expressão	0,2269	(0.028)	0,3027	(0.017)	0,0524	(0.806)
Qualidade Regulamentar	-0,0021	(0.985)	0,0380	(0.780)	-0,2296	(0.303)
Estado de Direito	0,3187	(0.027)	0,2942	(0.036)	0,5147	(0.199)
IDH	6,9552	(0.147)	4,6168	(0.355)	16,6480	(0.133)
Acesso à Internet	-1,0006	(0.011)	-1,2891	(0.002)	-0,2355	(0.766)
Educação	-2,5400	(0.312)	-0,3991	(0.889)	-5,8097	(0.179)
Expectativa de Vida	-2,3853	(0.352)	-3,6196	(0.338)	-2,1238	(0.547)
PIB per Capita	0,0001	(0.036)	0,0002	(0.016)	-0,0002	(0.216)
Emprego	1,2734	(0.478)	-0,9243	(0.696)	5,3718	(0.000)
População	-0,1024	(0.884)	0,3660	(0.710)	-1,3454	(0.097)
Constante	3,0811	(0,749)	-1,7314	(0,893)	17,0464	(0,160)
N de observações	405		288		117	

Fonte: Elaborado pelo autor.

A variável PIB per capita apresentou influência positiva na transparência pública, com nível de confiança de 95% (p-valor<0,05), isto é, quanto maior o PIB per capita, maior será o nível de transparência. Assim, a hipótese 2 não é rejeitada, confirmando que fatores econômicos influenciam positivamente a transparência pública, mas somente quanto à geração de renda no país, a qual se mostrou significativa. Tal fato corrobora estudos anteriores, tal como o de Styles e Tennyson (2007), que, ao avaliarem municípios dos Estados Unidos, identificaram efeito positivo da renda per capita na transparência. Pode-se inferir que, à medida que o país subdesenvolvido produz mais e gera mais renda internamente, mais cresce a transparência pública. Em tese, esse resultado sugere que, à proporção que cresce a produção, mais impostos são gerados, viabilizando aos governos mais recursos públicos para investimentos em sistemas de controle que possibilitem acesso à informação. Essa relação positiva de geração de renda e de transparência também foi encontrada nas pesquisas de Laswad, Fisher e Oyelere (2005); Kim (2007); Tolbert, Mossberger e McNeal (2008).

Já a variável Acesso a Internet (menos de 1% da população) apresentou coeficiente negativo, com nível de confiança de 95% (p-valor<0,05). Dessa forma, quanto mais pessoas têm acesso a internet nos países subdesenvolvidos, menor será a transparência. A hipótese 3 - que prevê relação positiva de fatores sociais com a transparência pública - foi rejeitada, já que apenas essa variável social apresentou resultados estaticamente significativos e ainda não apresenta o sinal esperado. O efeito negativo desse indicador contraria estudos anteriores (KIM, 2007; PINA, TORRES e ROYO, 2010), porém, avaliando as características dos países subdesenvolvidos, presume-se que seus governantes tendem a omitir informações à medida que a população tem mais acesso à internet, pois com políticas públicas deficitárias, pobreza abundante e péssimos resultados socioeconômicos, não há interesse de divulgar informações que comprometam a integridade da gestão.

Em relação aos fatores políticos, a variável Estabilidade Política apresentou resultados estatisticamente significantes, com 99% de confiança, ao passo que as variáveis Liberdade de

Expressão e Estado de Direito alcançaram 95% de confiança, todos com coeficientes positivos. Assim, quanto maior a estabilidade política nos países subdesenvolvidos, maior será a transparência. Esse resultado confirma os argumentos de Hollyer, Rosendorff e Vreeland (2011), cujo estudo identificou que os governantes tendem a ser mais transparentes para aumentarem a estabilidade no cargo, já que a transparência reduz o risco de terem um despejo injusto. Presume-se, então, que, num país com maior estabilidade política, o governo volte seus esforços a outros aspectos da governança pública, dentre eles a transparência.

Considerando que o grau de Liberdade de Expressão e do Estado de Direito são características que marcam a presença da democracia nos países, é de se notar que características democráticas mais presentes afetam positivamente a transparência dos países subdesenvolvidos. Assim, quanto mais liberdade à imprensa e aos cidadãos para a participação política, maior o grau de transparência nos países subdesenvolvidos, ratificando os achados da pesquisa realizada por Laswad, Fisher e Oyelere (2005). Infere-se que, como consequência da liberdade de expressão, o papel da mídia de interlocutor entre governo e sociedade ganha destaque nos países analisados, pois, devido a seus baixos índices educacionais, muitas vezes a população não consegue interpretar as informações disponibilizadas pelo governo, recorrendo unicamente à linguagem da mídia. Infere-se também que a pressão social exercida por uma sociedade com maior liberdade de expressão é fator político extremamente relevante ao desenvolvimento da transparência.

Foram rodadas mais duas regressões com o mesmo modelo e mesmas variáveis. A primeira, no conjunto de países com regimes democráticos (não autoritários) e a segunda, no conjunto de países com regimes não democráticos. O intuito foi identificar se a transparência é afetada por diferentes determinantes nessas condições, testando-se a hipótese 1. Nos governos democráticos, a transparência sofreu a influência dos mesmos fatores políticos, econômicos e sociais do modelo geral, entretanto os coeficientes foram maiores, indicando que são influenciadores mais fortes da transparência em regimes democráticos. Porém, apontaram resultados totalmente diferentes em relação aos governos não democráticos, que apresentaram o nível de emprego, a 99% de confiança, e o tamanho da população, a 90% de confiança, com relação de significância com a transparência. Assim, não se rejeita a hipótese 1. Nesse sentido, a transparência dos países subdesenvolvidos com regime não democrático sofreu influência positiva de fatores econômicos, como o nível de emprego do país, confirmando os resultados da pesquisa de Araújo e Tejedo-Romero (2016). É plausível esperar que, em períodos de depressão econômica, o nível de emprego deve diminuir. Consequentemente, o status econômico diminuirá e com ele o nível de transparência, uma vez que é uma forma de legitimar a ação política em relação à sociedade (ARAÚJO; TEJEDO-ROMERO, 2016).

Convém destacar o fato dos fatores políticos - fortes preditores da transparência na regressão dos países democráticos - deixarem de ser significantes nos regimes não democráticos. Depreende-se que, nesses países, em que a população vive sob um regime de governo autoritário, consequentemente, baixo grau de democracia - como revelam os índices das variáveis políticas -, o crescimento da liberdade de expressão e da garantia de direitos individuais e coletivos da sociedade não influenciam o grau de transparência. Tal fato se explica por se tratarem de governos autocráticos, que tomam decisões geralmente monocráticas e que tendem a controlar qualquer possível ameaça que afete a sua estrutura de poder, dentre elas as informações geradas em seu próprio governo. Dessa maneira, nos países subdesenvolvidos com democracia, prevalece a influência dos fatores políticos sobre a transparência, com a relação de significância de três variáveis (estabilidade política, liberdade de expressão e estado de direito). Presume-se que, à medida que os governos fortalecem sua democracia, adotando práticas que assegurem o estado de direito, a liberdade dos cidadãos e mantenham a estabilidade política, acabam proporcionando o desenvolvimento de

mecanismos de controle da atividade governamental, dentre eles a transparência, tendência apontada por Bauhr e Grimes (2012).

Finalmente, enquanto alguns dos resultados empíricos sobre os determinantes da transparência em países subdesenvolvidos confirmam pesquisas anteriores, outros apontam para novos relacionamentos. Os resultados indicaram que há baixa transparência pública nos países subdesenvolvidos e que está intrinsecamente ligada a seus fatores econômicos, políticos e sociais. Indicaram também que diferentes fatores influenciam a transparência em regimes democráticos e não democráticos, embora os fatores políticos se tenham sobressaído na análise, por figurarem com fortes influenciadores em regimes democráticos. Portanto, pode-se dizer que os fatores que melhor explicam a variação no nível de transparência estão associados a fatores políticos (ARAÚJO e TEJEDO-ROMERO, 2015).

5 CONCLUSÕES

A discussão da transparência pública como instrumento para o fortalecimento da democracia e o combate à corrupção tem-se fortalecido no âmbito da administração pública, juntamente com a análise dos determinantes dessa transparência em diferentes esferas de governo. Esta pesquisa teve como objetivo verificar as diferenças na influência dos fatores sociais, econômicos e políticos na transparência pública de países com baixos níveis de desenvolvimento e regimes de governo distintos. A estatística descritiva por país demonstrou que a transparência nesses países subdesenvolvidos é baixa, com raros destaques positivos, que se concentraram nos países com regimes democráticos, que obtiveram melhores resultados em relação a países não democráticos. No Teste T, de diferença de médias entre os países que têm e que não têm democracia, ratificou-se que países que têm democracia apresentam, em média, maior transparência pública e que têm média de indicadores políticos que caracterizam regimes democráticos, como garantia do estado de direito, qualidade das leis e liberdade de imprensa. Os testes de correlação de Pearson indicaram que o índice de transparência se associou, com nível de confiança de 99% e 95%, a todas as variáveis explicativas, destacando-se a maior intensidade dos fatores políticos, que apresentaram maiores coeficientes, corroborando essa associação da transparência com fatores políticos, sociais e econômicos, em pesquisas anteriores: Cruz, Silva e Santos (2009); Zuccoloto e Teixeira (2014); Araújo e Tejedo-Romero (2016).

A hipótese 2 não foi rejeitada, pois confirmou que fatores econômicos influenciam positivamente a transparência pública nos países subdesenvolvidos, porém somente quanto à geração de renda no país. Infere-se que, à medida que o país subdesenvolvido produz mais e gera mais renda internamente, mais cresce a transparência pública. Já a hipótese 3 - que prevê relação positiva de fatores sociais com a transparência pública - foi rejeitada, visto que apenas a variável Acesso a Internet (menos de 1% da população) apresentou relação significativa e coeficiente negativo, contrariando a literatura existente em Kim (2007), Pina, Torres e Royo (2010). Por sua vez, a hipótese 1, que prevê que fatores políticos afetam de forma diferente países com regime democrático e países com regime não democrático, não foi rejeitada. Dessa maneira, quanto maior a liberdade de expressão - seja da imprensa, seja dos demais cidadãos - , ou ainda, quanto maior a garantia de direitos individuais e coletivos, maior será o grau de transparência nos países subdesenvolvidos democráticos. De forma inversa, esses fatores não afetaram a transparência em países com regimes não democráticos.

Em resumo, a baixa transparência proporciona liberdade aos governantes para agirem à margem do controle e da fiscalização de agentes externos, justamente nesses locais subdesenvolvidos, que necessitam de maior efetividade na execução das políticas públicas pelos governos, diante da escassez de recursos públicos e da precariedade dos serviços públicos básicos ofertados. Os resultados apresentados enfatizaram a necessidade de fortalecimento dos princípios democráticos para o aperfeiçoamento da transparência pública

nos países analisados, a fim de evitar o desperdício de recursos públicos. Para a academia, os resultados demonstraram a relevância de fatores externos - principalmente fatores políticos - para determinarem o grau de transparência dos países. As principais limitações da pesquisa estão relacionadas a indisponibilidade do Indicador de transparência para muitos anos em alguns países o que fez reduzir o tamanho da amostra e conseqüentemente o número de observações. Além disso, a disponibilidade de dados desse indicador se concentrou em países do continente Africano e Asiático (cerca de 80% da amostra) o que inviabilizou comparações regionais ou mesmo a captação de tendências e ou resultados de diferentes regiões, em especial, do continente americano. Para estudos futuros, recomenda-se a aplicação do modelo utilizado neste trabalho ao conjunto de países com características diferenciadas da atual - como é o caso dos países desenvolvidos - para verificar se as variáveis explicativas se comportam de maneira semelhante às apresentadas neste estudo.

¹ Países com regime democrático e não democrático - Levantados a partir do Indicador de Democracia da revista "The economist", que apura anualmente o nível de Democracia em quatro categorias: Plena, Imperfeita, Híbrida e Regime Autoritário (apenas esse último classificado como não democrático). Assim, países considerados democráticos neste trabalho são aqueles com governos não autoritários e países não democráticos são com Regime Autoritário.

REFERÊNCIAS

- ALT, James E.; LASSEN, David Dreyer. Fiscal transparency, political parties, and debt in OECD countries. **European Economic Review**, v. 50, n. 6, p. 1403-1439, 2006.
- ANDERSSON, Staffan; HEYWOOD, Paul M. The politics of perception: use and abuse of Transparency International's approach to measuring corruption. **Political studies**, v. 57, n. 4, p. 746-767, 2009.
- ARAUJO, Joaquim Filipe Ferraz Esteves de; TEJEDO-ROMERO, Francisca. Determinants of local governments' transparency in times of crisis: evidence from municipality-level panel data. **Administration & Society**, p. 0095399715607288, 2015.
- ARAUJO, Joaquim Filipe Ferraz Esteves de; TEJEDO-ROMERO, Francisca. Local government transparency index: determinants of municipalities' rankings. **International Journal of Public Sector Management**, v. 29, n. 4, p. 327-347, 2016.
- BAIRRAL, Maria Amália da Costa; SILVA, Adolfo Henrique Coutinho e; ALVES, Francisco José dos Santos. Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010. **Revista de Administração Pública-RAP**, v. 49, n. 3, 2015.
- BALTAGI, B. H. **Econometrics analysis of panel data**. 2 ed. Chichester, UK: Wiley & Sons, 2001.
- BAUHR, Monika; GRIMES, Marcia. What is government transparency? New measures and relevance for quality of government. **Working Paper Series – University of Gothenburg**, 2012.
- BASTIDA, Francisco; BENITO, Bernardino. Central government budget practices and transparency: an international comparison. **Public Administration**, v. 85, n. 3, p. 667-716, 2007.
- BORGES, Erivan Ferreira; PEREIRA, José Matias. Educação fiscal e eficiência pública: um estudo das suas relações a partir da gestão de recursos municipais. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, v. 8, n. 4, 2014.
- CRUZ, Cláudia Ferreira; SILVA, Lino Martins; SANTOS, Ruthberg. Transparência da gestão fiscal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do Estado do Rio de Janeiro. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 12, n. 3, p. 102-115, set./dez. 2009.
- CRUZ, Cláudia Ferreira; FERREIRA, Araceli Cristina de S.; SILVA, Lino Martins da; MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **Revista de Administração Pública**, v. 46, n. 1, p. 153-76, 2012.
- DE RENZIO, Paolo; GOMEZ, Pamela; SHEPPARD, James. Budget transparency and development in resource dependent countries. **International Social Science Journal**, v. 57, p. 57-69, 2005.
- GARCÍA, Ana Cárcaba; GARCÍA-GARCÍA, Jesús. Determinants of online reporting of accounting information by Spanish local government authorities. **Local Government Studies**, v. 36, n. 5, p. 679-695, 2010.
- GUILLAMÓN, Maria-Dolores; BASTIDA, Francisco; BENITO, Bernardino. The determinants of local government's financial transparency. **Local Government Studies**, v. 37, n. 4, p. 391-406, 2011.
- HSIAO, C. Analysis of panel data. 2 ed. **Nova York: Cambridge University Press**, 2. Ed. 2003. 359 p.
- HOLLYER, James R.; ROSENDORFF, B. Peter; VREELAND, James Raymond. Democracy and transparency. **The Journal of Politics**, v. 73, n. 4, p. 1191-1205, 2011.
- HORSLEY, Jamie P. Guangzhou's pioneering foray into open government. **China Business Review**, v. 30, n. 4, p. 40-40, 2003.

- HORSLEY, Jamie P. Shanghai advances the cause of open government information in China. **Yale China Law Center**, v. 20, 2004.
- HOOD, Christopher. What happens when transparency meets blame-avoidance?. **Public Management Review**, v. 9, n. 2, p. 191-210, 2007.
- KAUFMANN, Daniel; BELLVER, Ana. Transparenting transparency: Initial empirics and policy applications. 2005. 27/08/2017. Disponível em: https://papers.ssrn.com/soL3/papers.cfm?abstract_id=808664.
- KIM, Chon-Kyun. A Cross-national Analysis of Global E-government. **Public Organization Review**, v. 7, n. 4, p. 317-329, 2007.
- LASWAD, Fawzi; FISHER, Richard; OYELERE, Peter. Determinants of voluntary Internet financial reporting by local government authorities. **Journal of Accounting and Public Policy**, v. 24, n. 2, p. 101-121, 2005.
- LINDSTEDT, Catharina; NAURIN, Daniel. Transparency is not enough: Making transparency effective in reducing corruption. **International political science review**, v. 31, n. 3, p. 301-322, 2010.
- LORD, Kristin M. **Perils and Promise of Global Transparency, The: Why the Information Revolution May Not Lead to Security, Democracy, or Peace**. SUNY Press, 2012.
- LOWATCHARIN, G.; MENIFIELD, C. E. (2015). **Determinants of Internet-enabled transparency at the local level: A study of Midwestern county web sites**. *State and Local Government Review*, 47(2), 102-115.
- MARÍA DEL CARMEN, C. A. B. A.; BOLIVAR, Manuel Pedro Rodriguez; HERNANDEZ, Antonio M. Lopez. The determinants of government financial reports online. **Transylvanian Review of Administrative Sciences**, v. 10, n. 42, p. 5-31, 2014.
- MABILLARD, Vincent; ZUMOFEN, Raphael. The complex relationship between transparency and accountability: A synthesis and contribution to existing frameworks. **Public Policy and Administration**, v. 32, n. 2, p. 110-129, 2017.
- MOTA, B. F.; DINIZ, J. A.; SANTOS, L. C. A Estrutura Orçamentária como Determinante do Nível de Transparência Fiscal. **Contabilidade, Gestão e Governança**, v. 20, n. 2, p. 293-313, 2017.
- OLSON, Mancur. Dictatorship, democracy, and development. **American political science review**, p. 567-576, 1993.
- PINTO, Juliet G. Transparency policy initiatives in Latin America: Understanding policy outcomes from an institutional perspective. **Communication Law and Policy**, v. 14, n. 1, p. 41-71, 2009.
- PINA, Vicente; TORRES, Lourdes; ROYO, Sonia. Is e-government promoting convergence towards more accountable local governments?. **International Public Management Journal**, v. 13, n. 4, p. 350-380, 2010.
- RELLY, Jeannine E.; SABHARWAL, Meghna. Perceptions of transparency of government policymaking: A cross-national study. **Government Information Quarterly**, v. 26, n. 1, p. 148-157, 2009.
- RIBEIRO, Clarice Pereira de Paiva; ZUCCOLOTTO, Robson. A face oculta do Leviatã: transparência fiscal nos municípios brasileiros e suas determinantes socioeconômicas e fiscais. **Enfoque: Reflexão Contábil**, v. 33, n. 1, p. 37-52, 2014.
- ROSENDORFF, B. Peter. Democracy and the Supply of Transparency. **In: annual meeting of the International Studies Association in Montreal**, Quebec, Canada. 2004.
- SERRANO-CINCA, Carlos; RUEDA-TOMÁS, Mar; PORTILLO-TARRAGONA, Pilar. Factors influencing e-disclosure in local public administrations. **Environment and Planning C: Government and Policy**, v. 27, n. 2, p. 355-378, 2009.

- SOL, Daniel Albalatedel. The institutional, economic and social determinants of local government transparency. *Journal of Economic Policy Reform*, 16.1: 90-107, 2013.
- STYLES, Alan K.; TENNYSON, Mack. The accessibility of financial reporting of US municipalities on the Internet. **Journal of Public Budgeting, Accounting & Financial Management**, v. 19, n. 1, p. 56-92, 2007.
- TOLBERT, Caroline J.; MOSSBERGER, Karen; MCNEAL, Ramona. Institutions, policy innovation, and E - Government in the American States. **Public administration review**, v. 68, n. 3, p. 549-563, 2008.
- VILLENEUVE, Jean-Patrick. Transparency of Transparency: The pro-active disclosure of the rules governing Access to Information as a gauge of organisational cultural transformation. The case of the Swiss transparency regime. **Government Information Quarterly**, v. 31, n. 4, p. 556-562, 2014.
- ZUCCOLOTTO, Robson; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. As causas da transparência fiscal: evidências nos estados brasileiros. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 25, n. 66, p. 242-254, 2014.
- WILLIAMS, Andrew. Shining a light on the resource curse: An empirical analysis of the relationship between natural resources, transparency, and economic growth. **World Development**, v. 39, n. 4, p. 490-505, 2011.
- WORLD BANK. World Development Indicators-WDI. 2017. Disponível em: <data.worldbank.org>. Acesso em: 7 setembro 2017.
- YAVUZ, Nilay; WELCH, Eric W. Factors affecting openness of local government websites: Examining the differences across planning, finance and police departments. **Government Information Quarterly**, v. 31, n. 4, p. 574-583, 2014.
-